

Gurupá – das ruínas aos cemitérios

GUNTER KARL PRESSLER

Ao Walcyr Monteiro, viajante e contador-de-histórias da Amazônia.

Na América do Sul é fácil perceber, logo à primeira vista, que existem somente dois desses lugares geograficamente [privilegiados]. A bacia do Prata, região temperada, e a bacia do Amazonas, região quente [...] Buenos Aires [...] Pará, serão evidentemente dentro de um século, as duas cidades preponderantes da América do Sul.

Henri Coudreau (2002)

O Projeto Moderno sobre Amazônia nas cartas de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759) e a recepção criativa nos romances de Dalcídio Jurandir (1929, 1978) e Alfred Döblin (1935-37)

O INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) apresentou por ocasião do Segundo Centenário da Transferência da sede do governo do Estado do Brasil, da cidade de Salvador para a do Rio de Janeiro, a correspondência do capitão-geral Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao meio-irmão Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, secretário responsável pelos negócios de ultramar de Portugal. Essa correspondência, cartas e documentos escritos no período de 1751 a 1759, refere-se à conquista da Amazônia, na época o Estado do Grão-Pará e Maranhão.¹

Os pareceristas da edição do IHGB não escondem a plena identificação com a “ação criadora, que Mendonça Furtado exerceu, vencendo os obstáculos criados pelo físico e pelo meio social, tão agreste como aquele [...] mês a mês, ano a ano”.² Arthur Cezar Ferreira Reis e os outros pareceristas insistem e afirmam “que se trata de documentação da maior importância [...] documentação que faz luz, muita luz, vai permitir um debate mais objetivo face a novas provas e, conseqüentemente, o conhecimento realístico, do que ocorreu no norte do país entre 1751 e 1759” (Mendonça, 1963, p.6). Revisitar o projeto moderno do “Despotismo Ilustrado pombalino” implica, como ressalta Geraldo M. Coelho (2005, p.248),

como imperativo do próprio objeto, revisitar as projeções dessas mesmas *Luzes* sobre e no Brasil, assim como as imagens daqui refletidas sobre Portugal, tendo-se em vista precisamente a organicidade discursiva com que o pombalismo modelará as suas legendas, sobretudo no que concerne ao discurso da unicidade do estado português.

Fortificado contra as outras nações, o “mar interior” – o Amazonas e sua dimensão incomensurável – é conquistado com toda rigidez e determinação do projeto progressista pombalino; tanto contra o inimigo no interior da colônia (e no próprio reino, a família Távora), os religiosos e o “atraso econômico”, quanto contra o inimigo exterior, as outras nações europeias interessadas. Em outras palavras:

Por esta correspondência o leitor tomará conhecimento dos primeiros e principais problemas que surgiram na Amazônia, para a administração pombalina; de como nasceram as grandes Companhias Gerais de Comércio [...] e verificará o que foi ali e para ali feito pelo mesmo Gabinete e pelos seus representantes autorizados, agindo naquela região; visando todos a realização do sonho de d. José e de Pombal, da fundação do grande Império Português da América. (Mendonça, 1963, p.8)³

E, em seguida, o prefácio apresenta a interpretação oficial da “ação criadora”, revivendo *a fortiori* a conquista pelos livros.

Por esta política, a autoridade constituída tinha que ser, e passou efetivamente a ser, respeitada e obedecida; amparada que foi, na Amazônia, por novos, capazes e zelosos representantes da administração pública; da Justiça civil e militar, e pela presença de dois Regimentos militares completos, para ali mandados de Lisboa. Os direitos e os deveres do homem, com isso, foram então implantados naquela vasta região do país; o seu engrandecimento se tornou patente, e a decantada liberdade dos índios, definitivamente estabelecida e assegurada pelos alvarás de lei de 6 e 7 de junho de 1755; quando desapareceu, para sempre, a danosa dualidade de poderes que até então ali se estabelecera e como que se enraizara. (Mendonça, 1963, p.9)

Em geral, o prefácio expressa aquela “empatia com o vencedor”, do que fala Walter Benjamin, pois elogiando “a unidade e a densidade das opiniões e dos conceitos nela [a correspondência] contidos”, dá legitimidade “aos verdadeiros interesses do Brasil e de Portugal” (ibidem, p.9). “De qualquer modo”, diz G. Coelho (2005, p.250), “é preciso que se reconheçam especificidades no Setecentos, sobretudo aquelas que dominam os quadrantes históricos assinalados pela *mais definida* relação dialética entre continuidade e ruptura” (grifo do autor). Aquele momento histórico, o século XVIII, reflete bem “o tempo-representação de um processo histórico denso, que uma retórica linear, com o arsenal de *tropos* de que dispõe, formularia como tempo de *crise*, de *transição* entre doutrinas antigas e novas filosofias” (ibidem); válido para qualquer releitura do passado e do projeto de colonização (“a ideologia do pombalismo”) como base inevitável do projeto moderno (do século XX) nacional com a inclusão da Amazônia.

Para os pareceristas – numa “ingenuidade” consciente do dever da recepção interpretativa sob outros ângulos históricos e ideológicos – a correspondência “vai se tornar passível de estudo e de análise percuciente”, sua publicação “impõe-se como contribuição ao conhecimento da verdade no episódio dos

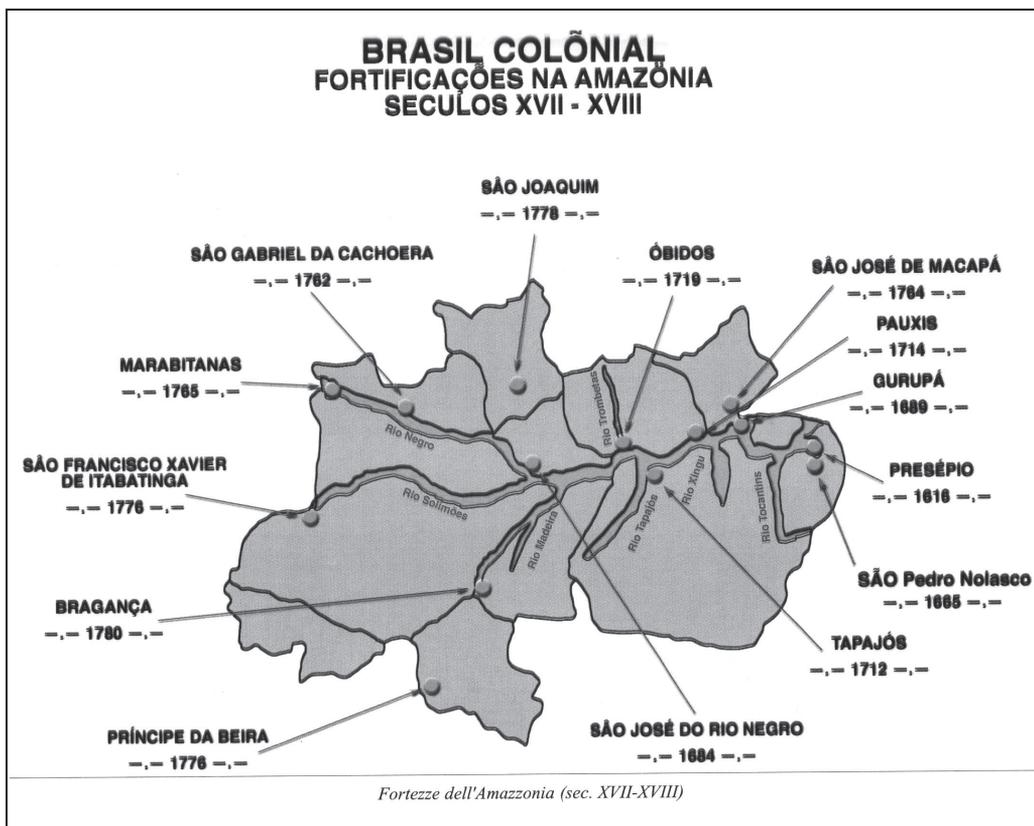


Figura 1 – Mapa: O Triângulo e os Pilares Mestres da Amazônia do Século XVIII (Mendonça, 1963, p.6-A). O mapa do “Triângulo da Amazônia” mostra o projeto pombalino, segurando a região contra franceses, ingleses, holandeses e espanhóis. “O domínio geral de tudo quanto de importante e grave se passou no vasto campo da região Amazônica, na segunda metade do século XVIII, pode ser alcançado pela representação gráfica aqui oferecida, que tem por base principal o triângulo formado com os vértices apoiados na cidade de Belém do Pará, na Vila de Barcelos, antiga aldeia de Mariuá, em Vila Bela, então capital de Mato Grosso” (ibidem, p.7).

limites” (Mendonça, 1963, p.13s). Arthur C. F. Reis – numa carta ao organizador, publicada como um dos “peritextos” (Genette, 1987) da edição – aponta para uma visão mais crítica da história e incentiva que, por exemplo, “a Companhia [de Jesus] divulgue a sua documentação” (Mendonça, 1963, p.13s). Na década de 1980, o padre Ilário Govoni, radicado no Brasil, há vinte anos, iniciou uma investigação dessa natureza. O objeto de estudo foi um padre-colega e sua convivência no Norte e Nordeste do Brasil; o famoso e carismático padre Gabriel Malagrida, estrangulado e queimado, em 1761, pela Inquisição sob comando do Marquês de Pombal. Dois eventos internacionais na Itália, em homenagem aos trezentos anos de nascimento do padre Malagrida, o incentivaram a aprofundar os estudos nos arquivos do Instituto Histórico da Companhia de Jesus, em Roma e em Lisboa. A personalidade de Malagrida “nunca deixou de impressionar”, constata Govoni e cita uma frase equívoca atribuída ao padre no

romance *O vermelho e o negro*.⁴ As publicações posteriores do estudo de Govoni (2008, 2009) trazem uma série de documentos a respeito do padre e capítulos da biografia de Matias Rodrigues, companheiro de Malagrida, a fim de fazer jus ao contexto histórico.

Constata-se nas “Instruções Régias, Públicas e Secretas” – as quais o organizador das cartas do capitão-geral Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Marcos Carneiro de Mendonça⁵ relata – que a ordem do rei para o capitão-geral garante todo o apoio do Estado em relação aos projetos religiosos e educativos do conselheiro extraordinário nos Domínios Ultramarinos, Pe. G. Malagrida.

As colocações dos pareceristas sobre as cartas de Mendonça Furtado que abrangem “uma área temporal e espacial marcada, principalmente, por conflitos entre o poder civil e a Companhia de Jesus, a autoridade portuguesa e o concorrente espanhol, e entre a idéia progressista do consulado pombalino e a rotina que não permitia o desenvolvimentismo que o Governador desejava impor à região” (Mendonça, 1963, p.6) provocam o seguinte questionamento: Pressupondo um plano econômico-político sério por parte do governo pombalino, o que pode ser entendido como “rotina” que não permitia “o desenvolvimentismo” na Capitania Grão-Pará e Maranhão? Por que a nova política (“ideia progressista”) não conseguia vencer a rotina (o trópico úmido brasileiro)? E por que “a república jesuítica”, enraizada na Amazônia mais de cem anos, não conseguia vencer o novo inimigo político?

Podemos dizer que o trópico úmido da Amazônia e suas configurações geográficas e sociais específicas (rios como estradas, inúmeros povos indígenas, riberinhos e comunidades afroindígenas) resistem até hoje aos projetos modernos? Se um dos “seguidores” do Marquês de Pombal, o francês Henri Coudreau, tivesse sido compreendido como “um precursor *avant la lettre* da União Europeia e sua repercussão moderna sobre o mundo ultramarino”, a realização do projeto moderno talvez tivesse sido possível. “É dele a receita: desenvolvimento sim, mas ‘com prudência, ciência e capitais’... Recomendação prática que é o método paraense atual debaixo da divisa ‘desenvolvimento sem devastar’, está claro” (José Varela, 2002, p.7).

Viagens reais e ficção

O nosso estudo na área da teoria literária busca respostas não no campo das realizações políticas e econômicas, mas no campo estético da linguagem (da palavra e do discurso), com a esperança de descobrir aquilo que foi ou está “escondido”, como a suposta frase de Malagrida sugere. Iniciamos uma primeira leitura comparativa entre o discurso epistolar e o representativo-ficcional, a fim de verificar se o “desenvolvimentismo”, de que se fala, foi um projeto político coletivo que “nunca” se realizou, mas que se tornou uma fantasmagoria dos intérpretes dos séculos XIX e XX, ou melhor, foi implantado pelo discurso historiográfico sempre em prol de um projeto nacional de desenvolvimento, diante de um fracasso real permanente.

As supostas respostas a essa questão não são dadas neste artigo, elas aparecem no comentário das cartas e das narrativas, por meio do discurso poético que não “descreve o que realmente aconteceu, mas que espécies de coisas podem [ou podiam] acontecer [...] a poesia é algo mais filosófico e mais digno de séria atenção do que a história” – diz Aristóteles (1982) – pois “a poesia diz respeito a verdades universais, a história trata de fatos particulares”. E Aristóteles define “verdades universais” como “coisas que certo tipo de pessoa dirá ou fará, necessária ou provavelmente, em face de determinada situação” (1451b). Nesse caso, o nosso estudo faz uso de fontes primárias, ofícios e cartas oficiais e cartas pessoais, e “fontes secundárias”, romances aqui incluídos como um gênero ou discurso misto, segundo Aristóteles.

Sem poder entrar no remoto da história da América e da Amazônia, nem na história mais detalhada da política pombalina,⁶ nosso trabalho quer encontrar razões e explicações sobre a história da conquista da Amazônia, a partir da leitura comparativa das cartas da viagem de Mendonça Furtado com a obra de dois romancistas do século XX: a voz autóctone de Dalcídio Jurandir e o exilado do regime nacional-socialista, Alfred Döblin, que não tinha compromisso histórico ou biográfico com Portugal ou Brasil. O discurso literário encrespa a visão ainda progressiva da história e a aplicação comparativa contribui para o debate sobre “fronteiras do conhecimento” da região mais visada em termos de sustentabilidade econômica e do meio ambiente – mesmo correndo o risco de entender o romance dalcidiano como “documento”⁷ e o romance de Döblin como romance histórico, “fruto de uma viagem ao reino da fantasia, confinada a uma grande biblioteca” (Godinho, 2004, p.140).

Nos romances de Dalcídio Jurandir e Alfred Döblin encontram-se as referências reais em enredos ficcionalizados. “Embora possamos não ter certeza da possibilidade de algo que não aconteceu, o que aconteceu é evidentemente possível, pois, do contrário, não teria acontecido” (Aristóteles, 1451b). Wolfgang Iser reconhece na técnica narrativa do romance histórico o princípio de “um leque de perspectivas variadas do personagem no processo narrativo”, que implica um refinamento da percepção de tudo. Dessa forma, o romancista afasta-se da *imitatio naturae* em favor da *imitatio historiae* para revivenciar a realidade do passado, transformando os acontecimentos factuais in *fictious characters* e *imaginary scenes*, “porque somente pela relação ficcional a dispersão dos acontecimentos históricos pode ser dominada e a significância fixada para a consumação subjetiva” (Iser, 1983, p.155s).

Na primeira leitura (“a recepção ingênua”; Stierle, 1979, p.137; 2002, p.123) das cartas de Mendonça Furtado se encontram, “na verdade [...] ruínas e nada de eufórico” (as palavras-chave das cartas de 1751 e 1752 são “ruína”, “arruinado”) como os pareceristas constatam; e na segunda, “passar para as formas mais complexas de recepção, que, na verdade, já são possíveis no campo pragmático, mas só se tornam necessárias no campo da ficção” (ibidem). Essas

leituras necessárias e exigidas pelas interpretações posteriores e sempre atualizadas tornam-se críticas e comparativas. O nosso desafio de comparar textos críticos e ficcionais tornou-se objetivo instigante de várias primeiras e segundas leituras, no sentido de Stierle, oscilando em realidades históricas e inventadas, a partir do texto pragmático (as cartas de Mendonça Furtado) e da leitura de textos ficcionais de dois autores em situações geopolíticas diferentes. Assim, os passos recepcionais que são “mais complexos, exigidos pelo texto ficcional [...] só são apreensíveis sobre o fundo da recepção dos textos pragmáticos” (Stierle, 1979, p.137; 2002, p.123).

De São Luis do Maranhão, Mendonça Furtado viaja por terra e, depois de 21 dias, chega a Belém do Pará. “Aqui não há fortaleza sem ruína, os poucos oficiais militares que há se reduzem a estropiados, velhos e ignorantes”.⁸ Mendonça Furtado relata seu espanto:

Vim parar a uma terra aonde não só se não conhece o comércio, mas nem nunca ouviram estas gentes na mais leve máxima dele, vindo os comissários de Lisboa roubar estes moradores, eles despicam-se não lhes pagando, ou fazendo-o com gêneros falsificados e por preços exorbitantes, e com estes estabelecimentos não é muito que tenha chegado ao ponto de ser quase impossível o restabelecer-se. Deus me ajude a fazer alguma coisa que tenha propósito. (Carta ao seu pai, 6 de outubro de 1751, p.44)

O que o outro viajante voltando do Rio de Janeiro e encarregado de servir como secretário no município no Baixo Amazonas encontrou quase duzentos anos depois não foi muito diferente. Em 1929, o futuro romancista, jovem de vinte anos, “refaz” involuntariamente a viagem de “demarcação das fronteiras” como funcionário público temporário em busca de um emprego estável. O emprego foi de curta duração por causa das mudanças políticas implantadas pelo regime populista de Getúlio Vargas (1930-1945). Dalcídio Jurandir vivencia, então, o final da Velha República em Gurupá, na beira do Rio Amazonas, cidade-fortim, fundada em 1623.⁹

O emprego casual do jovem Dalcídio foi um encontro com a história, pois em Gurupá foi erguido um forte importante na ação estratégica da conquista da Amazônia pela política pombalina. O jovem militante da esquerda esboça seu primeiro romance *Chove nos Campos de Cachoeira* durante seu estágio nessa cidade, no ano de 1929. O personagem central Alfredo tem dez ou onze anos e vive ainda no vilarejo Cachoeira na Ilha do Marajó, mas quer sair do interior na busca do conhecimento do mundo. Na década de 1970, Dalcídio escreve o último romance, há trinta anos vivendo e trabalhando no Rio de Janeiro. O personagem Alfredo volta à Amazônia como jovem secretário da Intendência no Baixo Amazonas; Dalcídio retorna – na ficção – ao lugar onde começou como escritor real.

Com o romance *Ribanceira* (Jurandir, 1978), o autor “reconstitui uma cidade morta da Amazônia em que os sobreviventes são de uma poderosa, grotesca e trágica autenticidade” (Menezes, 1979). “Alguns personagens são sim-

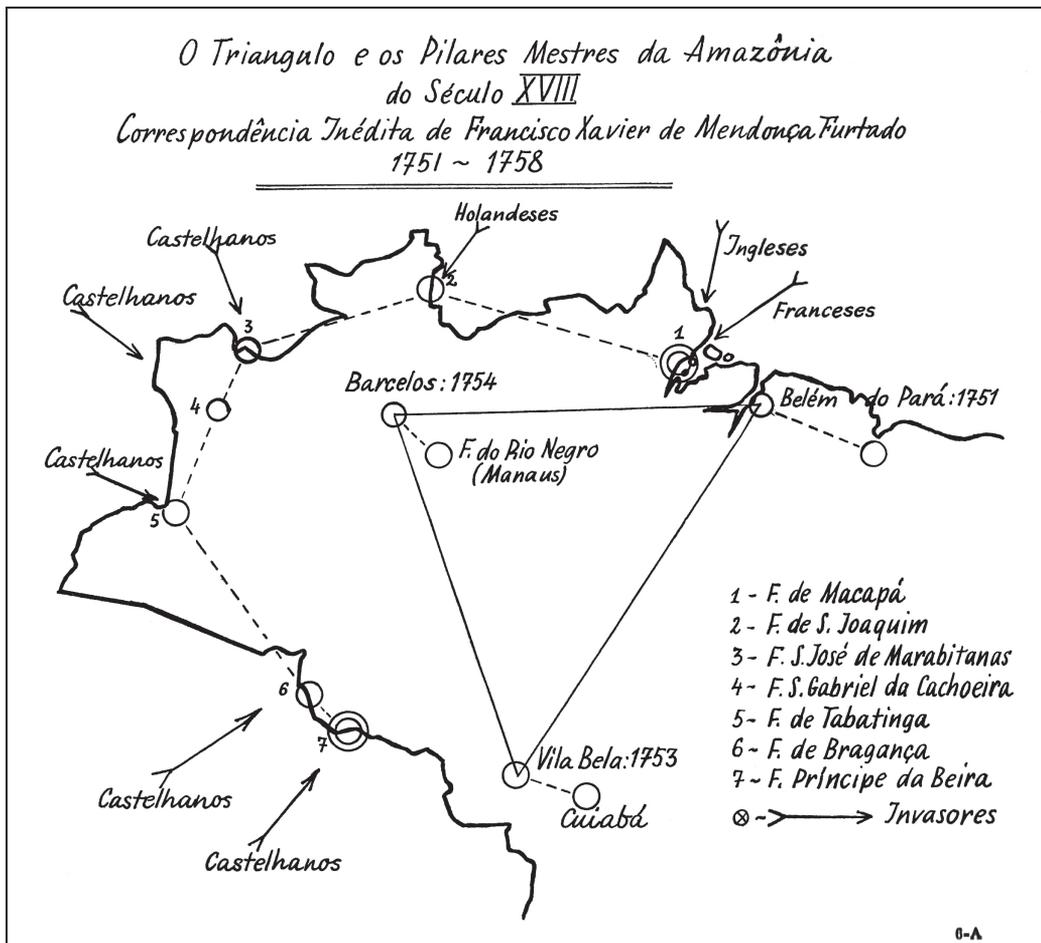


Figura 2 – Fortificações (Ilustração do livro de Lucarelli, 2005, p.45).

bólicos”, escreve o crítico Mario Barata (1979), “como Sede de Justiça, o Secretário, o Três do Trabalho, o Tabelaio”. O escritor paraense consegue captar “o amargor e o desalento de uma decadência econômica que historicamente existiu”. O romancista “estampa, em imagens adequadas em sua moleza viciosa, como ninguém, ao que parece, até agora fixou” (Barata, 1979). Dalcídio expressa aquilo que Ana Pizarro (2009, p.26) chama o “pensamento interno” em relação à “formación discursiva” sobre Amazônia. A cidade-fortim é o caso particular que a leitura comparativa revela para o estudo do geral – ainda pela tensão entre o vivido relatado (Mendonça Furtado) e o ficcional recriado (D. Jurandir).

A narrativa afeiçoa a história não só pelo recurso metafórico, mas também pelo entretido imaginário-ficcional à disposição livre do leitor que compreende melhor a história, ou no contexto do discurso representativo-ficcional (coerência narrativa) ou no contexto do leitor crítico de cunho sociológico (horizonte da expectativa do romance social de 1930). A crítica sempre preferiu a

segunda leitura. A informação política e sociológica é um dado preparado pelo discurso narrativo-descritivo: o novo prefeito (intendente) do município tem “urgência administrativa”, pois quer voltar para a capital do Estado, deixando a administração do município do interior na mão do secretário. O ato introdutório, visita dos cemitérios, é nada mais do que uma alegoria política: a vistoria das classes sociais e o quadro do funcionamento hierárquico colonialista.

A comitiva avança para a calçada do seu Guerreiro, as duas portas do seu comércio e as duas janelas da residência.

– Entrem só um tempinho [...]

– Da volta dos cemitérios, da volta dos cemitérios – escusa-se o Dr. Intendente, sem parar, batendo as botas no pedregulho, numa urgência administrativa.

– Mas até lá já é hora da janta, doutor, pois só estão de volta aí pela boquinha da noite chegando com as corujas e os vaga-lumes, doutor – ri o comerciante [Guerreiro], lenço na mão, lenço no rosto, sempre se enxugando, se limpando como se quisesse virar branco. Com aquele comércio, aquela posição no Município, relações de peso em Belém, o chapéu de massa, o linho inglês, o lenço de seda, o dente de ouro, o cabo de madrepérola, é, a rigor, branco. A pele não conta.¹⁰

A narrativa relata por meio dos diálogos as intrigas políticas: “Deu certo o jogo do seu Guerreiro que todo dia escrevia ao seu aviador, ao seu advogado, pedindo as devidas providências, embora ‘nunca se metendo nisso’” (R: 39). Depois da apresentação do quadro das autoridades entrelaçada com a história familiar e amorosa da filha do ex-intendente com o velho fiscal, a situação política e partidária muda (o início e a justificativa da história do novo intendente e do novo secretário), mas a decadência fica e continua: “deu-se aquela noite e seu Guerreiro manda o seu mais aflito telegrama a Belém, os amigos tomam pé em Palácio, o velho Cácio amoleceu o miolo, o Governador cede. Assim chegam á minha mão três cemitérios no cerrado e tenho de jantar hoje com Coronel Cácio” (R: 41s).

A decadência numa cidade histórica na beira do Rio Amazonas¹¹ é descrita a partir do protagonista como ator, não mais como observador ou participante coadjuvante (criança, adolescente) como nos romances anteriores. Não se trata de um simples espelho da história política do início do século XX, ao contrário, percebe-se a perspectivação político-histórica pelo discurso representativo-ficcional do romance, envolvendo e questionando o imaginário dos intérpretes (historiadores e críticos). O romance *Ribanceira* evoca a vivência do autor como jovem secretário, no ano de 1929.

As cartas do primeiro ano da permanência de Mendonça Furtado na capital da Província expressam o impacto da chegada de um bem formado europeu no espírito pós-barroco na Capitania do Ultramar. “Os povoadores que vieram, a maior parte são mulheres, crianças e velhos. Homens de trabalho são os menos, por cuja razão era impossível dividi-los” (2ª carta, doc. 40; Mendonça, 1963, p.97). A crítica feroz ao projeto das ordens religiosas expressa, de um

lado, a decepção do iluminista com os missionários da fé cristã (“debaixo do pretexto aparente de missionários, e em fraude da mesma lei lho deu, é tirano”; Mendonça, 1963, p.64; 1ª carta): de outro lado, revela a preocupação do servidor da coroa, altamente engajado a respeito do repasse econômico (“os seus vassallos reduzidos à última pobreza e miséria, e tal que não há um só nesta Capitania que possa pagar de dívida 30 réis”; Mendonça, 1963, p.78).

Mendonça Furtado tinha viajado no mesmo navio com o padre Gabriel Malagrida, posteriormente inimigo mortal e vítima da política pombalina. As “Instruções Régias” (31.5.1751) para o capitão-geral incluíram todo apoio do Estado em relação aos projetos religiosos e educativos de Malagrida. Na primeira viagem, trinta anos anterior, o padre descreveu sua primeira impressão parecida com a de Mendonça Furtado.

Vejo nesta cidade corna que um nojo pelos sacramentos, seguimentos de Deus e pouco cuidado com a salvação, a ponto tal que os nossos padres [...] não se preocupam de deixar o colégio nas mãos de um irmão e retiram-se para algumas aldeiazinhas nossas para rezar Missa. E isso, não por negligência nossa, mas por não conseguir audiência e fruto na cidade, a tal ponto que nas nossas Igrejas não se ouviam senão alguns sermões panegíricos e nada mais.¹²

Dois séculos depois, as ficcionalizações de Dalcídio Jurandir e Alfred Döblin comentam tanto a situação histórica mais recente quanto lançam mão de uma visão geral sobre o projeto colonial por meio de vozes anônimas. Döblin (1991: Parte I, p.218s) escolheu a voz de um soldado, submetido à confissão por ter matado todos os dias doze indígenas por causa de um juramento, para indicar os atores e os ideólogos.

– Padre Las Casas, o Senhor não pode dizer nada. Vossa Senhoria acompanhou a tropa, deixou-se levar ou cavalgou. O Senhor não viu o que nos pagamos para estar aqui [...] todo dia um sacrifício, doze gentios, o número dos doze apóstolos.

O que Döblin dramatiza nas falas dos soldados e do padre surge como analogia memorial ao jovem secretário na hora da aproximação à cidade interiorana:

Nestes olhos mal saídos do beliche, soneira e preguiça, se misturam canhões e estirões [...] Os canhões salvam, atirando piche no gaiola. Despede a ribanceira um vermelhume a lembrar sangrador de índio, aquele, nos 1600 e nos 1700, Mané taa yamê Yara? Na boca das armas expiraram nações, finquem no chão do massacre a cruz dos brancos. (R: 9)

A ditadura de Adolf Hitler obrigou o escritor judeu Alfred Döblin a sair da Alemanha e repensar a história da civilização europeia. O ficcionalista sabe da misteriosa relação entre passado e presente, daquela que Benjamin (1985, p.222) fala na segunda tese “Sobre o conceito da História”. Ele liga essa relação entre os tempos à “imagem da felicidade” que é “totalmente marcada pela época que nos foi atribuída pelo curso da nossa existência”.¹³ A felicidade está ligada a um dos principais conceitos teológicos de Benjamin, ao da “redenção”. O direi-

to à felicidade também deveria valer para o passado, não só como projeção para o futuro. Na segunda tese, encontra-se essa ideia “quase ao pé da letra”, como ressalta Löwy (2005, p.49). A tese “concebe a redenção sobretudo enquanto rememoração das vítimas do passado”.¹⁴

Dalcídio vive consciente e ativamente a relação entre história e política como amazônida no Brasil da primeira metade do século XX, o declínio da era da borracha traz o passado de toda colonização ao presente numa citação “na ordem do dia” (Löwy, 2005, p.54). Na ordem do dia, encontra-se o exilado Döblin que revive na biblioteca de Paris a conquista das Américas. Diante dos seus olhos começou o terror na Europa e se espalhou para o mundo.

Os romancistas Dalcídio Jurandir (na América) e Döblin (na Europa) revivem suas histórias individuais, no respectivo contexto histórico, por meio do “sistema dialético da vontade” de narrar histórias e a história. O projeto do romancista e moderno da Ilha do Marajó expressa a dialética desta vontade: “Foi a tentativa inicial de transmitir, em termos de ficção, o que vive, sente e sonha o homem marajoara. Vale como um depoimento, uma memória, uma denúncia, uma antecipação” (Jurandir, 1996, p.28).

Projeto Político e Projeto Literário. Futuro e passado

Mendonça Furtado reconhece o lugar estratégico da foz do Rio Amazonas; ele é o ator decisivo do projeto moderno do governo pombalino, o representante autêntico do século das Luzes em sua expressão portuguesa, sabe da “relação dialética entre continuidade e ruptura, cenário por excelência de tempos-problema como o Iluminismo” (Coelho, 2005, p.250); representante e ator consciente de um projeto nacional de caráter imperial,¹⁵ motivado pela convicção racional, religiosa e pelo mito lusitano diante de um novo mundo construído pelo imaginário ocidental dos primeiros viajantes. Ana Pizarro (2009, p.19) ressalta na constituição discursiva “*la construcción de una entidad alternativa a la cultura europea*” o outro dispositivo da produção simbólica e real, “*los imaginários de un proyecto nacional para cada uno de los espacios. Estamos ahora en los momentos de las llamadas independencias políticas*”. Podemos dizer que a particularidade da Amazônia não foi vista, não tinha importância diante do projeto tecnológico e político das *Luzes*?

As impressões da viagem são fortes, mas a determinação de Mendonça Furtado em cumprir a tarefa recebida pelo meio-irmão também. A correspondência não deixa dúvidas:

Este Estado está na última ruína, mas ainda há uma diferença entre as duas Capitâneas de que ele se compõe, que é que a do Maranhão assentam os práticos do país que as Rendas Reais podem dobrar, ou tresdobrar se se arrendarem as freguesias separadas, fazendo lá arrendamentos um homem de honra, verdade e consciência [...] O Estado do Pará, não só não lhe vejo por ora remédio, mas o pior. (carta de 20 de dezembro de 1751; Doc. do British Museum; Mendonça, 1963, p.121)

Em 1753, Mendonça Furtado trata – depois do choque da chegada – mais questões práticas e logísticas da administração da província. Ele apresenta um levantamento de dados, operações financeiras e colocações a respeito das fronteiras. Em forma de teses, depõe o pensamento iluminista da época.

20. A razão política comum, conformando-se em todas as nações civilizadas com a razão moral, não permitiu até agora que a nação dominante, que, por título de conquista adquire um país habitado por homens racionais, os fizesse a todos servos da pena, ou escravos perpétuos para com tais ficarem servindo a cobiça do seus dominantes, sem honra, sem fazenda e sem liberdade [...] Positivamente o concluem assim os exemplos dos alemães, dos ingleses, dos franceses, dos castelhanos e dos portugueses. Todos nós fomos bárbaros, como hoje são os tapuias, só com a diferença de não comemos gente. (Correspondência inédita, Mendonça, 1963, p.389s, 391)

O governador dialoga com seu irmão sobre as razões históricas da missão política e histórica nas Américas.

Porém, porque no tempo em que nos invadiram e dominarem os romanos, em vez de nos fazerem servos da pena ou servos adscritícios, nos deixaram em plena liberdade, unindo-se e aliando-se conosco, todos nós fomos civilizados; todas as nossas terras prosperaram em povoações e em lavoura e todos tivemos sempre quem nos servisse em todos os mistérios sem haver falta de gente para eles. (Mendonça, 1963, p.391)

Essa visão iluminista confronta-se com uma capitania que se encontrou “no último desamparo” que necessita um governador “que não só seja soldado, mas que saiba da arrecadação da Fazenda Real”; que cuide das plantações, do comércio e da instrução “aquela rude gente, e que, finalmente, não se lembre de sorte alguma do seu interesse particular” (ibidem, p.343). Uma situação urgente, pois “as Fortalezas estavam arruinadas e quase todas as Povoações perdidas” (ibidem, p.311).

O Estado Nacional projeta-se e concretiza-se “em termos de homogeneização cultural e linguística dos grupos étnicos e identitários que existem no interior de suas fronteiras” (Faulhaber, 1998, p.27). A missão da demarcação das fronteiras é claramente realizada para fora e para dentro do Estado. “Esta homogeneização é estabelecida com base na ‘criação de uma cultura, símbolos e valores comuns’, ou na reinvenção ou representação de tradições e mitos de origem”, continua Faulhaber, baseando-se em Montserrat Guibernau (ibidem). O “Despotismo Ilustrado” cria seu discurso próprio como

construção reflexiva, a civilização pombalina agrega num mesmo feixe discursivo o fim do cativo indígena e a elevação do índio à condição de súdito de D. José I (1715-1777), a constituição de um espaço civil na região, a construção de cidades dotadas de racionalidade urbana, a dinamização do comércio e a exaltação monumental da entidade representada pelo Estado. (Coelho, 2005, p.250)

A Companhia de Jesus não seguia, obviamente, um projeto nacional, mas nem o apoio de fé, Mendonça Furtado encontrou nos religiosos, pois “cada

uma das Religiões furta aos que pode” (17ª Carta; 1º de fevereiro de 1752; Mendonça, 1963, p.237).

Finalmente, meu irmão, as Religiões neste Estado destratarem com a proximidade, com a consciência, com a honra e com a vergonha: aqui não há nem sinal de crandade, neles a propagação da fé lhes não serve mais que de pretexto [...] Os capuchos, que no nosso Portugal conservam aquelas aparências de penitentes, aqui trocam inteiramente: vejo-os com botas calçadas e esporas, armados de espingardas, catanas e pistolas [...] Os Mercês têm açougues públicos (6ª carta; 29 de dezembro de 1751; Mendonça, 1963, p.144)

No dia 2 de outubro de 1754, Mendonça Furtado embarca na canoa grande do bispo D. Miguel de Bulhões com uma tropa de 23 canoas grandes para a missão de encontrar a comitiva dos espanhóis no Rio Negro. A comitiva alcança Gurupá, “que é uma Fortaleza de registro, na qual devem estar ao menos 20 homens de guarda, e já teve maior lotação” (Doc. no. 17; 10 de janeiro de 1752; Mendonça, 1963, p.170), no dia vinte de outubro de 1754.

Cento e setenta e cinco anos depois, também no mês de outubro, Dalcídio Jurandir desembarca na cidade de Gurupá como novo secretário da Intendência. A primeira referência histórica no romance aponta o fortim e a visita do presidente Washington Luís:

De repente o Fortim sobre o largão aqui fora.

O Forte. O Fortim. Fortim daquele tempo, lido no jornal, mandado restaurar pelo Dr. Washington. O Presidente, passando por Manaus, quis ver de perto o Fortim, tinha um fraco pela história.(Jurandir, 1978, p.9)¹⁶

Em Gurupá, Dalcídio vivencia o final da Velha República. Depois, de volta a Belém, dedicou-se ao jornalismo militante contra o Estado Novo. Somente no final da década de 1930, duas vezes preso como comunista e ativista da Aliança Nacional Libertadora (ANL), retoma o projeto literário sobre o menino Alfredo na busca da formação escolar e do conhecimento do mundo. Enquanto passam cinco décadas na vida real do escritor, o protagonista do romance percorre somente a adolescência e juventude e se confronta com o primeiro emprego. Ele se torna “administrador dos cemitérios” – a mensagem do intelectual e escritor não poderia ser mais clara. O projeto nacional, assim, não é seu; a idealização de projetos políticos encalha nos bancos de areia dos rios e furos da região geográfica e busca respostas na profundidade psicológica do narrador e dos personagens. Na ficcionalização, não há espaço nem para mitos nacionais nem para mitos “internacionais” que alimentam, sempre de novo, o imaginário e geram atividades criativas e coletivas. O crítico Mário Barata (1979) reconhece no romance o tempo da trama (o declínio da borracha), mas a leitura alegórica percebe a dialética da melancolia do militante de vários tempos: “*Ribanceira* transcorre como um lento *finale* em vilarejo à beira do grande rio, no termino da década dos vinte, quando a esperança de qualquer alta na cotação internacional da borracha já era um sinônimo de loucura”. O discurso soberbo da linguagem poética

incorpora a “dialética da melancolia” (Konder, 1989, p.1, 7, 10s, 102-8) como mui bem percebe Ana Pizarro (2009, p.168), leitora de Dalcídio Jurandir, quando ressalta que a narrativa dalcidiana vai além do regional deveria ser colocado ao lado das “*grandes textos de la narrativa universal y, sobre todo, presentando una perspectiva melancólica de la ciudad em la década del veinte*”; a linguagem poética relaciona a experiência da vida (“palhas no teto”) do escritor engajado (“bem velhinho/solitário escova-urubu”) no contexto político e religioso (“a máquina de costura, as três cadeiras velhas”) às dúvidas fortes (Toda faca, nessa pedra, acha o seu gume?). Inicialmente tinha esperança. A reflexão (“roçando a cabeça”) cedia tanto ao alívio (“chuva”) quanto mantinha a utopia (“arco-íris”) diante da realidade (“pedra”). Mas, “te desengana”, o início interrogando prevê o final melancólico que chega ao leitor só depois de trezentas páginas lidas e, se tiver paciência, poderia retomar a leitura gozando o ritmo lírico do som, invertendo a direção de perceber e pensar, pois a física da escrita não permite o que o filme consegue: “a analexia perfeita”.¹⁷ O final (R: 330):

Novamente na pedra. Os santos na mesa. Quero abrir uma janela Roçando a cabeça na palha do teto, o Santo Antonio: te desengana, meu filho, que não faço milagres. A máquina de costura, as três cadeiras velhas. Novamente na pedra. Toda faca, nessa pedra, acha o seu gume?

dialoga com o início (R: 13s):

A chuva suspendia com aquele arco-íris encomendado para ele. Aqui dentro, na velha moldura se apagando, uma Nossa Senhora das mais pobres. Roçando a cabeça nas palhas do teto, já bem velhinho um Santo Antônio. Por causa das goteiras, tapava o rosto com o velho avental de sua dona, ora, ora, meu Santo Antônio. Em todo o caso benzeu-se [...] E nada e nada, escova urubu, escova, na mesma pedra, na mesma pedra, escova, escova urubu, na mesma pedra [...] Logo saía mas pra onde? [...] Então, solitário escova-urubu? Te ensinam ou não a morder a pedra sem quebrar o dente? Toda faca, nessa pedra, acha o seu gume, palerma. Aqui fora, desertor, tens a neblina da chuva...

O projeto literário de Dalcídio Jurandir não pode ser compreendido como contemplação estética, nem pode ser lido exclusivamente no contexto da literatura regionalista da literatura brasileira e não significa prolongação da postura descritiva dos escritores realistas-naturalistas do século XIX. O olhar direto sobre o mundo é expressão da postura moderna de rever o passado e o projeto (imperial ou nacional) sobre América.

Verdadeira ficção da história

Alfred Döblin divide o projeto romanesco sobre América do Sul, percorrendo cinco séculos, em três livros com cada vez três partes ou capítulos: no primeiro livro, intitulado *A viagem para a terra sem morte*, a primeira parte imagina o estado pré-columbiano; a segunda parte trata a conquista do país de ouro (Cundinamarca/Bolívia); a terceira parte conta a história do padre Las Casas como reflexão filosófica e moral. Ao contrário dos portugueses, os espanhóis chegaram à Amazônia descendo dos Andes, vindo do oeste (“Abendland/

Ocidente”) procurando o país do ouro no leste (“Morgenland/Oriente”), no país do pôr do sol. “Para lá do nascer do Sol fica a Terra sem Morte [...] há uma grande água, onde fica uma terra, na qual se vive eternamente e nunca se envelhece. Ninguém pratica o Mal”.¹⁸ As fontes estudadas por Döblin foram de etnólogos alemães e franceses (Th. Koch-Grünberg; A. Métraux) e sobre os jesuítas, os estudos de R. P. Charlevoix e Ch. G. Murr (Sperber apud Stauffacher, 1991, p.208s). Percebe-se no uso de nomes de lugares que Döblin aproveitou-se do conhecimento de língua espanhola e italiana. Além do mais, Amazônia é vista a partir do oeste, a partir da ocupação espanhola. Significativo é o início do segundo livro *O Tigre Azul*, primeira parte intitulada “San Paolo”:

Os navios fizeram uma volta enorme as terras, nas quais Pizzaro, Queseda, Belalcazar, Federmann penetraram. Devagar viajaram com uma brisa suave para o sul, na costa leste. A água branca brotou da terra muda, no alto mar encontraram troncos enraizados. Este o rio que Orellana navegou. O Amazonas. Os religiosos espantaram-se.

Logo em seguida, Döblin apresenta vozes de marinheiros que indicam uma das razões dessa escolha de entrar no Amazonas a partir das águas de nascente e não pelo delta:

É muito difícil entrar nesse rio [...] muitos braços no lado direito e afluentes no lado esquerdo [...] de repente, não é mais um rio, encontra-se no lago, num canal impossível de continuar, é necessário de voltar. E, de vez em quando, esperam selvagens, uma armadilha e eles caem em cima da gente.

O trecho lembra a descrição do Padre Antonio Vieira, um dos primeiros viajantes europeus que se aventuraram na entrada do rio pela foz. O romance *Marajó*, de Dalcídio Jurandir, inicia com a epígrafe de Vieira que marca tanto a região quanto o discurso narrativo de Dalcídio:

Na grande boca do rio das Amazonas está atravessada uma ilha de maior comprimento e largueza que todo o reino de Portugal [...] É a ilha toda composta de um confuso e intrincado labirinto de rios e bosques espessos; aqueles com infinitas entradas e saídas, estes sem entrada nem saída nenhuma... (“Carta ao Rei”, D. Jurandir, 1992)

Antes das ruínas (Mendonça Furtado) e dos cemitérios (Dalcídio Jurandir), o ouro e a alegria marcam, inicialmente, a terra (Alfred Döblin). A situação política emergente da Europa, na década de 1930, moldura um romance histórico de esperança, mas também de vingança ao projeto civilizador, moderno:

Era um lugar alegre, ouçam-se cantos e músicas. Os campos de milho e os jardins de flores estenderam-se na planície [os habitantes] andavam limpos e mostraram posturas dignas e comportamentos educados [os soldados] estavam no país do sonho. Eles estavam no país do ouro. Eles estavam no verdadeiro paraíso. (“Himmelsland”). (Döblin, 1991, parte I, p.112s)

Imediatamente, o narrador intruso se manifesta pela voz do governador: “Tudo é meu! Tudo é meu!” O conquistador Gonzalo Jiménez de Queseda

parece Mendonça Furtado. Ele queria ser um regente de um país civilizado, mas também, “queria tudo para si”. Então, o discurso, “Cundinamarca já era, já era, ele devia cair” (ibidem, parte I, p.191s). E, igualmente, o crítico da conquista, Las Casas, desaparece como mártir. “Com o surgimento de Las Casas no final da primeira parte, tudo se tornou prólogo. Tornou-se contramão” (“Sackgasse”; Döblin *apud* Stauffacher, Döblin, 1991, parte III, p.223).

A segunda parte da trilogia pode ser lida como “alegoria dos conquistadores brancos do Brasil e transporta essa mesma alegoria para a contemporaneidade do romance de Döblin – patente na explosão de barbaridade nacional-socialista” (Godinho, 2004, p.139). É a parte principal da trilogia e discorre sobre todo o projeto jesuítico de implantar um Estado divino. A terceira parte desloca a trama para Europa no século XX. “A nova Selva” – mas numa coesão interna que retoma a perspectiva narrativa dos próprios indígenas (nesse caso, para Döblin, os judeus europeus diante da barbaria?). A última palavra sai da voz do Rio Amazonas, também no discurso soberbo da prosopopeia, incorporando a dialética da melancolia: “Na beira do rio sussurra Sukuruja como serpente. Ela mergulha na água. Seguindo-a no turbilhão milhões” (Döblin, 1991, parte III, p.182).

O historiador comprometido com as fontes primárias e secundárias, enfatizando “um debate mais objetivo”, encaminha sua interpretação da história, no contexto da escrita nacional, por meio do discurso do vencedor sem diferenciar, muitas vezes, o ideológico do factual: ele incorpora e assume o projeto político e o imaginário dos antigos viajantes. A maior crítica ao discurso ideológico e historiográfico é a narrativa literária – pois na sua liberdade e escolha referencial e sua abertura poética do romance moderno contrapõe-se ao “civilizar” que é “a anulação dos particularismos do outro, reduzindo-os aos paradigmas do eu, de acordo com as representações, ideologicamente construídas, da superioridade mental e material do segundo em relação ao primeiro” (Coelho, 2005, p.262). Mas o próprio material da historiografia, as cartas de Mendonça Furtado, nesse caso, faz ver a fantasmagoria do projeto das Luzes. “Na arquitetura de seu discurso, Mendonça Furtado mostra “um *país* empobrecido como sociedade, de uma república enfraquecida como organismo, posto que as ordens religiosas [também os colonos portugueses, acrescento] gerindo os seus próprios interesses” (ibidem, p. 288). “Não há dúvida”, continua Geraldo M. Coelho (2005, p.265),

de que Mendonça Furtado, ao assim discutir a sua engenharia para a pensada sociedade civil e laica da Amazônia, visualizava, num ponto qualquer da sua trajetória, a constituição, no mundo tropical, de um arquetípico de organismo social. Por obra do processo civilizatório, deixaria a Amazônia tribal de ser domínio da natureza e paisagem evangélica, e passando à representação da cultura. A idéia de cidadão, na filosofia política do Iluminismo, culminava esse processo-progresso forjador do homem civil e livre.

Dalcídio Jurandir e Alfred Döblin lançam mão da pluralidade dos recursos literários, recriando uma trama de pequenos e grandes acontecimentos ficcionais

na moldura da história real. Walter Benjamin (1985, p.223) diz que o cronista “narra os acontecimentos sem distinguir entre os grandes e os pequenos”, considerando que nada seja perdido para a história. O cronista é anterior ao historiador que seleciona entre os acontecimentos àqueles que poderiam ser “fatos históricos”, a fim de “classificar as formas, defini-las, expor seus mecanismos e sua dinâmica” (Mauro, 1975, p.14). O romancista que não é comprometido com a verdade é aquele que organiza a história de forma diferente, reconhecendo “outros sistemas dialéticos das vontades [...] dialéticas no plural” (ibidem).

Dessa forma, nosso estudo comparativo não encontrou, obviamente, respostas definitivas, mas abre uma perspectiva de reflexão diferenciada diante das habilidades dos discursos ideológico e científico. Enquanto Mendonça Furtado e Dalcídio representam Amazônia com símbolos e alegorias da morte (ruínas e cemitérios), Döblin fugindo da morte real visualiza alegoricamente Amazônia como utopia sem morte, mas historicamente como barbárie. Ele monta poeticamente o destino dos conquistadores numa história de *imitatio naturae*, que lembra a Hebel (Cf. Benjamin, 1980, “O narrador”, cap.XI), e como “premonição épica” (“epische Vorausschau”; Erhardt apud Godinho, 2004, p.34) visando o final do “Terceiro Reino”:

Todos já foram, generais e governadores com tanta braveza.
Eles não tinham pai, nem mãe, nem filhos.
Eles estavam sem antepassados e sem herdeiros.
Eles eram pedras, lançadas de um vulcão e pulando no ar, caíram e quebraram,
(Döblin, 1991, parte I, p.196s)

Notas

- 1 Cf. o mapa do “Triângulo da Amazônia” (Figura 1) que mostra o projeto pombalino, segurando a região contra os franceses, ingleses, holandeses e espanhóis. “O domínio geral de tudo quanto de importante e grave se passou no vasto campo da região Amazônica, na segunda metade do século XVIII, pode ser alcançado pela representação gráfica aqui oferecida, que tem por base principal o triângulo formado com os vértices apoiados na cidade de Belém do Pará, na Vila de Barcelos, antiga aldeia de Mariuá, em Vila Bela, então capital de Mato Grosso” (Mendonça, 1963, p.7).
- 2 Cf. Mendonça (1963, p.6). Na página 8, o prefaciador fala dos viajantes que passaram “as terras situadas ao norte do Rio Amazonas [...] de terra de ninguém a serem terras verdadeiramente luso-brasileiras”. A história repete-se, ou melhor, não cessa. As questões históricas não resolvidas interpretativamente surgem periodicamente na superfície da política. Cf. as demarcações das reservas indígenas, por exemplo, a da Raposa Serra do Sol, em Roraima (no mês de março de 2009). A declaração do deputado Aldo Rebelo, do PCdoB (ainda um partido declaradamente de política internacionalista), é significativa. Ele comenta, depois da decisão do Supremo Tribunal em favor das terras indígenas, o seguinte: “O Supremo abre um precedente para que sejam implantados no Brasil um Estado multinacional e uma nação balcanizada” (no jornal *O Liberal*, Belém, 21.3.2009, Atualidades, p.3). Nas *Teses* sobre a História, Walter Benjamin

- (1985, p.225) anota: “A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores”.
- 3 A lusofonia pode ser entendida como produto do “Império Português”, um movimento pequeno, comparado com os sonhos que lhe deram origem. Trata-se, neste sentido, dos discursos “*que han construido a la Amazonía*”, como lembra muito bem Ana Pizarro (2009, p.15). Os intérpretes de hoje utilizam “al campo de los imaginarios utópicos [...] los imaginarios de un proyecto nacional” (ibidem, p.11, 19); parece que o projeto da modernização na América Latina continua ininterruptamente nos moldes discursivos e ideológicos do século XIX e XX.
- 4 “A palavra foi dada ao homem para esconder seu pensamento” (Govoni, 2000, p.107). Essa frase encontra-se como epígrafe do capítulo XXII da primeira parte do romance (“La parole a été à l’homme pour cacher sa pensée”) e deve caracterizar a boa retórica de Julien que tem “verve jésuitique” e, dessa forma, questiona a autoridade religiosa. Govoni vê nisso a recepção ideológica dos iluministas.
- 5 (Mendonça, 1963, p.26-38) As Instruções de 31 de maio de 1751 averiguam a “decadência e ruína” do Estado: “são efeitos de se não acertaram ou de se não executaram, por má inteligência, as minhas reais ordens que sobre estes tão importantes negócios se tem passado [...] Tendo representado o Padre Gabriel Malagrida, da Companhia de Jesus [...] seria conveniente que, no Brasil, houvesse recolhimentos e seminários para a instrução da mocidade [...] Ouvireis com benevolência e agrado todos os requerimentos e propostas que vos fizeram para o aumento e estabelecimentos das suas fábricas e lavouras, prometendo-lhes por tudo na minha Real presença, como com efeito o executareis pela Secretaria de Estado e pelo Conselho Ultramarino” (Cf. também Govoni, 2000, p.74; 2008, p.135).
- 6 Cf. Coelho (2005) e Faulhaber (1998, p.85-91, cap.2.2).
- 7 Olinda Assmar (2003, p.25) compartilha com a classificação da obra de D. Jurandir “como pertencente ao ciclo moderno do regionalismo amazônico”, se submetendo à visão do “homem do seu tempo”, Afrânio Coutinho (1986, p.243), que caracteriza a produção literária da Amazônia mais como “documento ecológico e sociológico” do que obra literária. Ele diz que o livro de Alberto Rangel, *Inferno Verde*, “marcou uma época” (ibidem, p.245) – e obviamente também o próprio crítico e historiador da literatura brasileira. Sobre o engajamento político e o projeto literário de D. Jurandir, cf. Pressler (2010).
- 8 Segunda carta (Mendonça, 1963, p.89). A carta continua: “Os soldados sem disciplina nenhuma; os oficiais mecânicos, não só não há Corporação nenhuma desta gente, porém, algum que há não é de momento nenhum, porque a maior parte do que devia ser, com grande utilidade da República, corporações de oficiais mecânicos, está dentro das Religiões entregues aos escravos dos padres e aos seus aldeianos, sem utilidade alguma ao público; finalmente, Senhor Excelentíssimo, aqui não acho mais que pobreza, miséria e confusão”.
- 9 A colonização portuguesa da região iniciou-se em 1623 com a destruição de um forte holandês existente no local da atual cidade. Em 1639 a povoação foi elevada a vila. As obras de reforma do forte foram retomadas nos meios do século 18 e, posteriormente, pelo presidente da República, Washington Luís, em 1929.
- 10 A partir desta citação, todas as demais relativas ao romance *Ribanceira* serão indicadas abreviadamente como *R* seguida da página do romance: (*R*: 30); a personalidade do

comerciante Guerreiro revela-se no decorrer da história, não é simplesmente dada como no romance naturalista-realista: “Seu Guerreiro não se mete em nada, e nada se faça sem sua audiência e anuência [...] O Guerreiro, comprando o Juiz, tomou as terras do pobre-diabo” (R: 211s e 221).

- 11 “A *Ribanceira*: a cidade à luz do Gasômetro, o piano tocando, a harpa [...] Ribanceira como esta tão histórica sem um porto condigno?” (R: 253 e 306).
- 12 Carta de Malagrida ao Padre Geral Tamburini, Roma, 27.8.1722, apud Araújo (2008, p.18, 32-50).
- 13 A tradução das *Teses* é da autoria de Sérgio Paulo Rouanet. A tradução das *Teses* por J. M. Gagnebin e M. Müller diz: “Essa reflexão leva a reconhecer que a imagem da felicidade que cultivamos está inteiramente tingida pelo tempo a que, uma vez por todas, nos remeteu o decurso de nossa existência” (Löwy, 2005, p.48). Essa tradução dos professores de filosofia segue até literalmente o original em alemão, por exemplo, “von der Zeit tingiert ist”, enquanto a do ensaísta Rouanet segue na trilha da compreensão do cientista político. O dicionário alemão não registra o verbo de origem latina “tingieren” que Benjamin prefere. A adequação seria “färben” (“colorir”) que Benjamin não usa, pois teria uma conotação diferente e mais concreta do que a metaforização de “manchar/tornar escuro” que permite a tradução de Rouanet: “marcada pela época”.
- 14 Cf. o comentário completo de Löwy (2005, p.51) sobre essa tese. Ele cita Horkheimer que articulou a “redenção” como “rememoração” em termos da consciência histórica. “É doloroso ser desconhecido e morrer na obscuridade. Clarear essa obscuridade, essa é a honra da pesquisa histórica’. A afinidade com as teses de Benjamin é impressionante”. É a honra do projeto romancista de D. Jurandir, rememorar a região tão particular da colonização das Américas. A “reparação [...] do sofrimento, da desolação das gerações vencidas” é dada às gerações futuras: “Amazônia, te encanta”, escreveu D. Jurandir (1996, p.24).
- 15 “Carvalho e Melo molderá o Estado português de tal maneira que a sua representação física, política e jurídica, e igualmente o seu aparato simbólico, estarão sempre proclamando a qualificação pedagógica de um *corpus* político entificado na figura do rei, condutor de uma História que busca a felicidade de todos e o bem comum” (Coelho, 2005, p.254).
- 16 O obelisco no Forte Santo Antonio de Gurupá marca a data comemorativa da visita do presidente em junho de 1929. O Forte foi inaugurado em 1623 “pelo Capitão-Mor Bento Maciel Parente na aldeia dos Mariocae, da nação Tupinambá, ampliado em 1762-67 pelos engenheiros Gerardo de Groenefeld e Domingos Sambudetti. Reparado em 1929”. D. Jurandir ficou em Gurupá de outubro de 1929 a novembro de 1930.
- 17 Genette (1995, p.32) compara a possibilidade técnica do filme com a da narrativa escrita: “A narrativa literária escrita tem [...] um estatuto muito mais difícil [...] a sucessividade dos seus elementos [...] não se pode chegar a uma analexia perfeita: pode-se passar um filme ao contrário, imagem a imagem; não se pode, sem que deixe de ser um texto, ler um texto ao contrário, letra a letra”. A “linearidade do significante linguístico” impossibilita isso.
- 18 Döblin apud Godinho (2004, p.143). A ilha fluvial no delta do rio Amazonas, Marajó, foi chamada pelos indígenas Tupinambás a “Terra sem Mal” (Varella, 2002).

Referências

- ARAÚJO, A. N. de. “*Entre o terço e o pelourinho*”: Malagrida e Mendonça Furtado – as disputas de poder no Estado do Grão Pará e Maranhão (1751-1761). Belém: UFPA/História 2008 (Monografia Bacharel).
- ARISTÓTELES. *Poetik*. Griechisch/Deutsch. Trad. e org. Manfred Fuhrmann. Stuttgart: Reclam Jun. 1982 (Universal-Bibliothek Nr. 7828).
- ASSMAR, O. B. *Dalcídio Jurandir: um olhar sobre a Amazônia*. Rio de Janeiro: Galo Branco, 2003.
- BAENA, A. L. M. *Compêndio das eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.
- BARATA, M. “Ribanceira”, de Dalcídio Jurandir. *A Província do Pará*, Belém, 7.1.1979.
- BENJAMIN, W. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt a.Main: Suhrkamp, 1980. v.I.
_____. *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. v.1.
- COELHO, G. M. *O violino de Ingres*. Leituras de História Cultural. Belém: Paka-Tatu, 2005.
- COUDREAU, H. *O futuro da capital do Pará*. Trad. Érika P. Azevedo e Rosistela P. de Oliveira. Belém: Imprensa Oficial do Pará 2002 [Original: L’Avenir de la capitale du Pará. In: *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, Belém, v.8, 1913, p.221-45].
- COUTINHO, A. (Org.) *A literatura no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olímpio; Niterói: EDUFF, 1986. v.IV: Parte II/Estilos de Época.
- DÖBLIN, A. *Amazonas. Romantrilogie*. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1991.
- FAULHABER, P. *O Lago dos Espelhos: Etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/ Amazonas*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.
- FREIRE, J. A. T. *Entre construções e ruínas*. O espaço em romances de Dalcídio Jurandir e Milton Hatoum. São Paulo: Linear B, FFLCH, 2008. (Coleção Dissertações e Teses do PPGLB).
- GENETTE, G. *Seuils*. Paris: Seuil 1987. (Essais 474).
_____. *Discurso da narrativa*. 3.ed Trad. Fernando Cabral Martins. Lisboa: Veja 1995. (Col. Veja Universidade).
- GODINHO, M. de L. das N. *O Marquês de Pombal em obras de Reinhold Schneider e Alfred Döblin*. Dois retratos ficcionais alemães do século XX. Coimbra: MinervaCoimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Germânicos, 2004.
- GOVONI, I. *Padre Malagrida. O missionário popular do Nordeste (1689-1761)*. Porto Alegre: Padre Réus, 2000.
_____. *Padre Malagrida (1689-1761). Missionário errante e antesignano della sopresione dei Gesuiti*. Cologno Monzese (MI): Arti Grafiche BTZ, 2008.
_____. *Malagrida no Grão Pará. Estudo crítico da atuação do Pe. Gabriel Malagrida S.J. no Pará do séc. XVIII com base na biografia inédita de Matias Rodrigues da Companhia de Jesus, comparada com outros documentos inéditos da mesma época*. Belém: Amazônia, 2009.

ISER, W. Möglichkeiten der Illusion im historischen Roman. In: JAUSS, H. R. (Org.) *Poetik und Hermeneutik*. 2.ed. München: Wilhelm Fink, 1983. v.1: Nachahmung und Illusion, p.135-56.

JURANDIR, D. *Ribanceira*. Rio de Janeiro: Record 1978.

_____. *Marajó*. 3.ed. Belém: Cejup 1992.

_____. Um escritor no purgatório (Entrevista de Antonio Torres, Haroldo Maranhão e Pedro Galvão). *Asas da Palavra*, Belém, n.4, p.28-30, 1996. (Primeira publicação em 1976).

_____. *Chove nos campos de Cachoeira*. Belém: Unama, 1998.

KONDER, L. *Walter Benjamin. O marxismo da melancolia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Campos, 1989.

LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma Leitura das Teses “Sobre o Conceito de História”. Trad. Wanda N. Caldeira Brant. Tradução das *Teses*: Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. Sao Paulo: Boitempo 2005.

LUCARELLI, F. *Ai Confini della Realtá*. Il Nord dell’Amazzonia. Napoli: Giannini, 2005.

MAURO, F. *Do Brasil à América*. São Paulo: Perspectiva 1975. (Debates, 108).

MENDONÇA, M. C. de. *A Amazônia na Era Pombalina*. Correspondência Inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759. Três tomos. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963.

MENEZES, C. Com “Ribanceira”, Dalcídio Jurandir encerra seu Ciclo do Extremo Norte”. *A Província do Pará*, Belém, 7 de janeiro de 1979, p.3, 3^a Caderno.

PIZARRO, A. *Amazonía. El Río tiene Voces*. Imaginario y Modernización. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica 2009.

POMPA, C. *Religião como tradução*. Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial. Bauru: Edusc, 2003. (Col. Ciências Sociais).

PRESSLER, G. K. O Maior Romancista da Amazônia – Dalcídio Jurandir – e o Mundo do Arquipélago de Marajó. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMELKA, M. (Org.) *Amazônia. Região Universal e Teatro do Mundo*. São Paulo: Globo, 2010, p.235-59.

REBELO, A. Repórter 70. *O Liberal*, Belém, 21 de março de 2009, Atualidades, p.3.

SPERBER, G. B. Wegweiser im ‘Amazonas’. Studien zur Rezeption, zu den Quellen und zur Textkritik der Südamerika-Trilogie Alfred Döblins. München: Tuduv, 1975.

STAUFFACHER, W. Editorische Nachweise und Anmerkungen e Nachwort des Herausgebers (Pósfacio). In: DÖBLIN, A. *Amazonas. Romantrilogie*. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1991. Parte III: p.183-256.

STENDHAL. *O vermelho e o negro*. Trad. Maria Cristina F. da Silva. São Paulo: Nova Cultura, 1995.

STIERLE, K. Que significa a Recepção dos Textos Ficcionais. In: LIMA, L. C. (Org., introd. e trad.) *A literatura e o leitor*. Textos de Estética da Recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1979. p.133-87. (Col. Literatura e Teoria Literária, v.36) [2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.119-65].

VARELLA, J. Paradoxal e polêmico: Coudreau conectou História e Etnologia antecipando a tese do “Desenvolvimento Sustentável” inclusive. In: COUDREAU, H. *O futuro da capital do Pará*. Trad. Érika P. Azevedo e Rosistela P. de Oliveira. Belém: Imprensa Oficial do Pará, 2002. p.7-9.

RESUMO – Posterior ao Tratado de Madrid (1750), o governo do Marquês de Pombal (1750-1777) implanta o projeto moderno nacional de caráter imperial nas colônias portuguesas. O Tratado de Madrid reconhecia a situação real na América Latina e encaminhou o trabalho das comissões de limites. O capitão-geral, na época do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier Mendonça Furtado foi ator decisivo do projeto político e militar, segurando a região à coroa portuguesa, e executava o projeto pombalino contra os jesuítas (“Estado de Deus”) e as condições agrestes da região. A partir dos traços que o empreendimento político e ideológico deixou, o nosso estudo compara três vozes: as cartas do Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a obra do escritor paraense Dalcídio Jurandir e a trilogia romanesca de Alfred Döblin, a fim de analisar como as incursões ideológica e estética configuram a mediação entre a realidade histórica e a representação nas narrativas de ficção. Essa comparação se realiza no contexto de uma região que liberou as mais altas e fecundas fantasias da história cultural da humanidade (as Amazonas, El Dorado, o tesouro do Rei Salomão e o *boom* da borracha), a fim de traçar as fantasmagorias diante das ruínas da realidade, confrontar o imaginário coletivo e a ficcionalização individual.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia – história e literatura, Francisco X. Mendonça Furtado, Dalcídio Jurandir, Alfred Döblin.

ABSTRACT – Prime Minister Marques de Pombal (1750-1770) begins his mandate after the Treaty of Madrid (1750) a modern political enterprise of “nationalization” of the colonies. The Treaty has recognized the *de facto* occupation, and transferred sovereignty of about half of the Amazon basin from Spain to Portugal. The political project has been executed by Francisco X. Mendonça Furtado against the Jesuits “State of God” who ‘protected Indians from slavery and settlers in vast semi-autonomous tracts of territory . By drawing our attention to political and ideological appropriations (the concept of the modern individual/state), and the traces left by social memory (personal e officinal letters) and fictional literature (romances), such flows of people, ideas, images and ideals challenge us to rethink the character of phantasmagoria and fictional values of belonging, formation and identity. This study compare three voices: the letters of the Portuguese ambassador-traveler Francisco X. Mendonça Furtado, the Amazon Trilogy of Alfred Döblin and the work of the native novelists Dalcídio Jurandir to knowing how political and aesthetic imagination inflected or configured the individual creative enquire and in which form are collectively of Amazonia (Nationalization and Culture) imagined or represented. This comparative study especially considering the regional background which liberate one of the most potentialities of imagination and confron-

ting in dialogic interaction the Phantasmagoria with the ruins of the reality, the political imagination with the narrative fictionalisation..

KEYWORDS: Amazonia – history and literature, Francisco X. Mendonça Furtado, Dalcídio Jurandir, Alfred Döblin.

Gunter Karl Pressler é professor de Teoria Literária da Universidade Federal do Pará. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2. Pós-doutorado pelas Universidades de Osnabrück e Constança/Alemanha (2004/2005) com bolsa da Capes.
@ – gupre@ufpa.br

Recebido em 11.7.2011 e aceito em 14.12.2011.